

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 335, DE 1995

(Apensos os Projetos 3.402/97 e 1.858/96)

SUBSTITUTIVO

Acrescenta o § 3º ao art. 14, dá nova redação ao *caput* do art. 80, ao inciso III do art. 81, ao § 2º do art. 83 e ao art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte § 3º ao art. 14 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal:

“Art. 14.

.....
§ 3º *Será assegurado acompanhamento médico à mulher principalmente no pré-natal, no pós-parto, extensivo ao recém-nascido, no climatério e no pós-climatério.*” (NR)

Art. 2º O *caput* do art. 80, o inciso III do art. 81, o § 2º do art. 83, e o art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal –, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 80. *Haverá, em cada comarca, um Conselho da Comunidade, composto, no mínimo, por um representante de associação comercial ou industrial, um advogado indicado pela seção da Ordem dos Advogados do Brasil, um*

assistente social escolhido pela Delegacia Seccional do Conselho Nacional de Assistentes Sociais e um médico escolhido pelo Conselho Regional de Medicina.”

Parágrafo único.....” (NR)

“Art. 81.

.....

III – apresentar relatórios mensais e representações ao juiz da execução e ao Conselho Penitenciário, indicando deficiências ou falhas na execução desta Lei.

.....” (NR)

“Art. 83.

.....

§ 2º Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até seis meses de idade.” (NR)

“Art. 89. Além dos requisitos referidos no artigo anterior, a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar e assistir, desde o nascimento até os sete anos de idade, a criança desamparada, cuja mãe ou responsável esteja presa.

Parágrafo único. São requisitos básicos da seção e da creche referidas neste artigo:

I – atendimento por pessoal qualificado, de acordo com as diretrizes adotadas pela legislação educacional;

II – horário de funcionamento que garanta a melhor assistência à criança e à sua mãe ou responsável.

III – serem instaladas em unidades autônomas.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputada ZULAIÊ COBRA
Relatora